

CADERNO DA MENTORIA

AGENDA DE AULAS

17/07 IMPRIMIR E ORGANIZAR O MATERIAL

18/07 AULA TEORIAS DO CURRÍCULO

19/07 AULA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

20/07 AULA BNCC

21/07: CORREÇÃO DO SIMULADO

ENCONTRO DE ORIENTAÇÃO AO VIVO: 20/07

Concurso UFRJ: 20h

Demais concursos: 21h

TEORIAS DO CURRÍCULO

- Pensar em currículo é pensar toda e qualquer ação por onde escola caminha. Desde a sua intenção, passando pelo conteúdo a ser escolhido, técnicas de ensino aprendizagem até avaliação.

CONCEITOS DEFINIDOS PELO DCN

- a) Currículo: atualmente este conceito envolve outros três, quais sejam:

- Currículo formal (planos e propostas pedagógicas)
- Currículo em ação (aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas). Mundo vivido
- Currículo oculto (o não dito, aquilo que tanto alunos, quanto professores trazem, carregado de sentidos próprios criando as formas de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula).
- Compreende conhecimentos, ideias, hábitos, valores, convicções, técnicas, recursos, artefatos, procedimentos, símbolos etc... dispostos em conjuntos de matérias/disciplinas escolares e respectivos programas, com indicações de atividades/experiências para sua consolidação e avaliação. (SAVIANI, Nereide, 2002)
- O currículo diz respeito a seleção, sequenciação e dosagem de conteúdos da cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem. (SAVIANI, Nereide, 2002)

PARA O DCN E LDB: CURRÍCULO ATUALMENTE É A MEDIAÇÃO ENTRE O SABER ESCOLAR E O SABER POPULAR

- b) Base Nacional Comum (SABER ESCOLAR): refere-se ao conjunto de conteúdos mínimos das Áreas de Conhecimento articulados aos aspectos da Vida Cidadã de acordo com o art. 26. Por ser a dimensão obrigatória dos currículos nacionais – certamente âmbito privilegiado da avaliação nacional do rendimento escolar – a Base Nacional Comum deve preponderar substancialmente sobre a dimensão diversificada mental.
- c) Parte Diversificada (SABER POPULAR): envolve os conteúdos complementares, escolhidos por cada sistema de ensino e estabelecimentos escolares, integrados à Base Nacional Comum, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, refletindo-se, portanto, na Proposta Pedagógica de cada Escola
- Assim, a Base Nacional Comum será contemplada em sua integridade, e complementada e enriquecida pela Parte Diversificada, contextualizará o ensino em cada situação existente nas escolas brasileiras
- IV- Em todas as escolas, deverá ser garantida a igualdade de acesso dos alunos a uma Base Nacional Comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional;
- A Base Nacional Comum e sua Parte Diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre a Educação Fundamental com:

Parte diversificada = temas transversais

- a) a Vida Cidadã, através da articulação entre vários dos seus aspectos como:

1. a Saúde;
2. a Sexualidade;
3. a Vida Familiar e Social;
4. o Meio Ambiente;

- 5. o Trabalho;
- 6. a Ciência e a Tecnologia;
- 7. a Cultura;
- 8. as Linguagens;

Base Nacional Comum = Disciplinas Curriculares

b) as Áreas de Conhecimento de:

- 1. Língua Portuguesa;
- 2. Língua Materna (para populações indígenas e migrantes);
- 3. Matemática;
- 4. Ciências;
- 5. Geografia;
- 6. História;
- 7. Língua Inglesa
- 8. Educação Artística;
- 9. Educação Física;
- 10. Educação Religiosa (na forma do art. 33 da LDB).

- Assim, esta articulação permitirá que a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada atendam ao direito de alunos e professores terem acesso a conteúdos mínimos de conhecimentos e valores, facilitando, desta forma, a organização, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas das escolas.
- A capacidade de interpretar o mundo amplia-se com a criação contínua de linguagens e a possibilidade crescente de socializá-las, mas não pode deixar de contemplar a relação entre as pessoas e o meio ambiente, medida pelo trabalho, espaço fundamental de geração de cultura.
- Assim, respeitadas as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da população servida pelas escolas, todos os alunos terão direito de acesso aos mesmos conteúdos de aprendizagem, a partir de paradigma curricular apresentado dentro de contextos educacionais diversos e específicos. Esta é uma das diretrizes fundamentais da Educação Nacional.

CURRÍCULO = CAMINHO

PARA SAVIANI EXISTEM 3 TEORIAS PRINCIPAIS DO CURRÍCULO.

- TRADICIONAL OU ESTRUTURALISTA
- CRÍTICO OU CRÍTICO REPRODUTIVISTA
- PÓS CRÍTICO OU PÓS ESTRUTURALISTA

TEORIAS DO CURRÍCULO

CURRÍCULO TRADICIONAL

- SABER CIENTÍFICO
- DENTRO DA ESCOLA
- COESÃO SOCIAL
- ENSINO TRADICIONAL
- ENSINO TECNICISTA
- ATÉ ANOS 70

CURRÍCULO CRÍTICO

- SABER POPULAR
- FORA DA ESCOLA
- A ESCOLA REPRODUZ OS INTERESSES DA CLASSE DOMINANTE
- PAULO FREIRE E A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA
- ÁNOS 70 ATÉ INICIO DE 90

CURRÍCULO PÓS-CRÍTICO

- MEDAÇÃO ENTRE OS SABERES
- BNCC E PARTE DIVERSIFICADA
- DEMOCRACIA
- MULTICULTURALISMO
- INTERCULTURALIDADE
- ANOS 90 ATÉ OS DIAS ATUAIS

Teorias tradicionais ou Estruturalista

- Ela tem como objetivo principal preparar para aquisição de habilidades intelectuais através de práticas de memorização. Esse tipo de currículo teve origem nos Estados Unidos e tem como base a tendência conservadora, baseada nos princípios de Taylor, esse que igualava o sistema educacional ao modelo organizacional e administrativo das empresas.
- EFICIENTISMO SOCIAL
- A preocupação com é a eficiência da escola que tem como função socializar o jovem segundo os parâmetros da sociedade industrial em formação, permitindo sua participação na vida política e econômica. Pretende-se, assim, que a industrialização da sociedade se dê sem rupturas e em clima de cooperação.
- A escola e o currículo são, portanto, importantes instrumentos de controle social. Ainda que o seja um movimento com muitas nuances, pode-se resumir a defesa de um currículo científico, explicitamente associado à administração escolar e baseado em conceitos como eficácia, eficiência e economia.

Teorias críticas

- Argumenta que não existe uma teoria neutra, já que toda teoria está baseada nas relações de poder. Isso está implícito nas disciplinas e conteúdos que reproduzem a desigualdade social que fazem com que muitos alunos saem da escola antes mesmo de aprender as habilidades das classes dominantes. Percebe o currículo como um campo que prega a liberdade e um espaço cultural e social de lutas.
- Materialismo Histórico Dialético – crítica da organização social pautada na propriedade privada dos meios de produção. (Fundamentos em Marx e Gramsci)
- É a teoria da Resistência cultural
- Crítica à escola como reproduutora da hegemonia dominante e das desigualdades sociais.
- Crítica ao currículo oculto.
- Louis althusser, Giroux, Bordieu e Passeron são seus principais representantes.

O primeiro silêncio: sobre hegemonia, ideologia e poder

Uma das críticas mais incisivas da escola e do currículo como aparato de controle social parte do que se convencionou chamar de teorias da correspondência ou da reprodução, produzidas, principalmente, nos anos 1970. Trata-se de teorias marxistas que defendem a correspondência entre a base econômica e a superestrutura, indo de perspectivas mecanicistas, em que a correspondência é total e exata, a concepções em que a dialética entre economia e cultura se faz mais visível.

- Assim é que, ancorados na concepção de aparelhos ideológicos de Estado, desenvolvida por Louis Althusser no livro Aparelhos ideológicos de Estado, em 1971, Baudelot e Establet e Bowles e Gintis, por exemplo, analisam a atuação do sistema educativo na preparação dos sujeitos de cada classe social para assumir os papéis que lhes são destinados pelo sistema capitalista. É por causa dessa divergência entre as teorias curriculares que a escola deve procurar discutir qual currículo ela quer adotar para se chegar ao objetivo desejado. Essa escolha deve ser pensada a partir da concepção do seu Projeto Político Pedagógico, esse que deve fundamentar a prática teórica da instituição e as inquietudes dos alunos.
- FOUCAULT é seu principal representante. É o do nosso cotidiano, mediação entre saber escolar e popular. É esse caráter de aparelho ideológico ressaltado por Althusser que vai constituir o cerne da teorização crítica em currículo, considerado enquanto mistificação ideológica.

Teorias pós-críticas ou pós-estruturalista

- Dentro dessa perspectiva o currículo é tido como algo que produz uma relação de gêneros, pois predomina a cultura patriarcal. Essa teoria critica a desvalorização do desenvolvimento cultural e histórico de alguns grupos étnicos e os conceitos da modernidade, como razão e ciência. Outra perspectiva desse currículo é a fundamentação no pós-estruturalismo que acredita que o conhecimento é algo incerto e indeterminado. Questiona também o conceito de verdade, já que leva em consideração o processo pelo qual algo se tornou verdade.

Multiculturalismo e interculturalidade

- O currículo precisa, assim, dar conta, ao mesmo tempo, do respeito à diferença e do compromisso da escola com a promoção da justiça social. Inicialmente, a luta por igualdade e justiça social envolvia mais claramente aspectos culturais, com a defesa do diálogo entre as culturas como forma de superar o relativismo.
- Defende, assim, a contribuição do currículo para a construção de um mundo que aceita as diferenças, mas combate as desigualdades sociais e econômicas.
- Assumindo uma linha mais claramente crítica, sem tantas concessões às discussões pós-modernas, Vera Candau advoga a centralidade do pluralismo cultural nos currículos, numa perspectiva que denomina, explicitamente, intercultural crítica e emancipatória.
- Negando tanto a assimilação cultural quanto abordagens que enfatizam a diferença, Candau defende a importância de promover, deliberadamente, a relação entre os variados grupos culturais como forma de ampliar os laços entre eles.
- A base da interculturalidade é o diálogo entre os grupos sociais e culturais, uma negociação que se dá em contextos de assimetria de poder que precisam ser reconhecidos como tal sob pena de a interculturalidade assumir contornos liberais.
- Nesse sentido, o comum como direito de todos à educação precisa ser reconstruído de modo a que todas as culturas sejam capazes de se reconhecer. Na definição do comum, a autora lança mão da hermenêutica diatópica de Boaventura de Sousa Santos, indicando que o diálogo intercultural é produzido no interstício entre as culturas e objetiva ampliar a consciência de que elas são inexoravelmente incompletas.
- É no sentido de que não basta conhecer as diferenças culturais, é preciso reconhecê-las e valorizá-las, que os discursos de empoderamento vêm ganhando destaque na discussão intercultural de Candau. Ele aparece em duas vertentes que se complementam: o empoderamento dos sujeitos e de suas culturas no ambiente da escola e o empoderamento social de grupos minoritários. No primeiro, a autora trata do resgate das histórias de vida dos sujeitos e das comunidades como forma de ampliar o contato com a diferença.
- Além de trabalhar para o empoderamento dos grupos dentro da escola, a autora defende políticas públicas de empoderamento, que possam fazer face aos mecanismos estruturais de discriminação e dominação, sem as quais não há mudanças profundas.

Organização Curricular Da Educação Básica

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A educação infantil, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão

EM: a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores

- I Em linhas gerais pode-se afirmar que a prática pedagógica na escola deve-se nortear por diretrizes que contemplam:
 - Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
 - Os princípios dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
 - Os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais;
- II- Ao definir suas propostas pedagógicas, as escolas deverão explicitar o reconhecimento da identidade pessoal de alunos, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

- a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica (assim como EF)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Artes)

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os

temas transversais de que trata o caput

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;
- IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069/90, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Ensino Fund: foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos;

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia

§ 4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino

Na organização curricular da Educação Básica, devem-se observar as diretrizes comuns a todas as suas etapas, modalidades e orientações temáticas, respeitadas suas especificidades e as dos sujeitos a que se destinam. Cada etapa é delimitada por sua finalidade, princípio e/ou por seus objetivos ou por suas diretrizes educacionais, claramente dispostos no texto da Lei nº 9.394/96, fundamentando-se na inseparabilidade dos conceitos referenciais: cuidar e educar, pois esta é uma concepção norteadora do projeto político-pedagógico concebido e executado pela comunidade educacional

Adicionalmente, na oferta de cada etapa pode corresponder uma ou mais das modalidades de ensino: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Profissional e Tecnológica, Educação a Distância, a educação nos estabelecimentos penais e a educação quilombola.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Na organização curricular dessa modalidade da Educação Básica, a mesma lei prevê que os sistemas de ensino devem oferecer cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. Entretanto, prescreve que, preferencialmente, os jovens e adultos tenham a oportunidade de desenvolver a Educação Profissional articulada com a Educação Básica

Seção V: Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do

currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na organização desta modalidade, os sistemas de ensino devem observar as seguintes orientações fundamentais:

I – o pleno acesso e efetiva participação dos estudantes no ensino regular;

II – a oferta do atendimento educacional especializado (AEE);

III – a formação de professores para o AEE e para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas; IV – a participação da comunidade escolar;

V – a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes;

VI – a articulação das políticas públicas intersetoriais.

Educação Profissional e técnica de nível médio

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I - de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

EDUCAÇÃO DO CAMPO

A educação para a população rural está prevista no artigo 28 da LDB, em que ficam definidas, para atendimento à população rural, adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região, definindo orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

São elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

I – localização em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por territórios de diversos Estados ou Municípios contíguos;

II – exclusividade de atendimento a comunidades indígenas;

III – ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades atendidas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;

IV – organização escolar própria

Educação Escolar Quilombola

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira.

Não há, ainda, Diretrizes Curriculares específicas para esta modalidade.

AULA BNCC

O que é?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Para que serve? (conceito de currículo)

Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)1, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Enfoque pedagógico: Como colocar essas ideias em prática?

Através do ensino de 10 competências gerais ao longo da educação escolar básica (educação infantil, ensino fundamental e médio)

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

10 COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer

escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

- 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- 8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas
- 9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- 10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC

2. ESTRUTURA DA BNCC

Ao longo da Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A partir daí a BNCC procurou estruturar objetivos, eixos, componentes curriculares e campos de experiência para cada uma dessas fases da educação básica.

6 DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

1- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

2- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

3- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

4- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

5- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

6- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na

instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário



- Cabe ressaltar que essas 5 áreas do conhecimento devem estar interligadas entre si e visa valorizar a sua especificidade. O grande objetivo foi o de separar por áreas que possuem características em comum.
- Acabar com esse isolamento de disciplinas é um grande passo para trabalharmos a educação integral.

A BNCC DO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS INICIAIS

- Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

Acesse o site: www.romariofalci.com.br

- Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender.
- O objetivo da BNCC com a passagem da educação infantil para o ensino fundamental vai ao encontro da concepção construtivista de aprendizagem, na qual o aluno deve aprender a aprender, com experimentação, tentativas e erros que sirvam para que o aluno possa evoluir de forma constante, essa forma de tentativa e erro e a busca do conhecimento constante é definida como princípio da Espiralidade e se estende ao longo de toda vida
- Já ao longo do Ensino Fundamental no Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas. Tendo em vista essa maior especialização, é importante, nos vários componentes curriculares, retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos Iniciais no contexto das diferentes áreas, visando ao aprofundamento e à ampliação de repertórios dos estudantes.
- §1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

1) Tendo como base a definição de currículo oculto, amplamente difundida entre os teóricos da educação, pode-se afirmar que, o que se percebe e aprende nele são

- (A) conteúdos culturais apresentados aos alunos de cada série sob o ponto de vista de temas interdisciplinares.
 (B) conhecimentos sistematizados de forma gradual.
 (C) conteúdos programáticos oriundos dos livros didáticos.
 (D) fatos e fenômenos da ciência e da atividade cotidiana.
 (E) atitudes, comportamentos, valores e orientações

2) A teoria crítica, que fundamenta a concepção de educação como fator de resistência cultural, defende basicamente a ideia de que o fenômeno educativo não apenas reproduz a sociedade, mas também produz mudanças sociais. Portanto, é correto afirmar que, EXCETO:

- A) A educação, ao mesmo tempo que promove repetições e a manutenção de determinadas ações e ideias, também estimula rupturas e renovação nas relações entre os homens.
 B) A teoria da resistência cultural considera a escola como uma instituição dependente, limitada, incapaz de ajudar os alunos a resistirem à ação lógica imposta pela mentalidade da classe dominante.
 C) A concepção de educação como fator de resistência cultural se apoia nos fundamentos da teoria crítica em educação.
 D) O enfoque teórico da resistência cultural luta contra a discriminação sofrida pelas camadas populares em relação à educação.
 E) A teoria crítica procura retomar a luta contra a seletividade, a discriminação e a baixa qualidade do ensino que, muitas vezes, é oferecido às camadas populares.

3) Tomando por base o histórico de currículo como campo do saber, assinale a alternativa correta:

- a) Do seu surgimento até a década de 1970, o currículo constituiu um corpo teórico considerado como as teorias críticas do currículo.
 b) A partir dos anos 1990 até o momento vigente, este campo vem sendo fortemente marcado pela pós modernidade, ou seja, pelas teorias pós críticas do currículo.
 c) Para se contrapor ao modelo crítico, emergem nos anos 70 as teorias tradicionais de currículo.
 d) Na década de 1970 até o início dos anos 90 o campo foi caracterizado pelas teorias pós críticas.

4) No campo de estudo do currículo, há diversas teorias que procuram buscar seus diferentes significados em diferentes contextos. Acerca das teorias do currículo, assinale a alternativa correta.

- a) Nas teorias tradicionais, a reflexão dá-se a partir das relações entre saber, identidade e poder.
- b) As teorias tradicionais valorizam as teorias neutras ou científicas que estejam a serviço da verdade.
- c) Nas teorias crítica e pós-crítica, a prática docente não é levada em conta para análise e compreensão do conceito de currículo.
- d) Para a teoria crítica, as questões técnicas são mais importantes que o conteúdo propriamente dito. Preocupa-se com a transmissão dos conteúdos.
- e) A teoria pós-crítica preocupa-se com questões relativas à organização curricular, e não com sua aplicação prática.

5) No que diz respeito à teoria crítica e suas contribuições para a construção do currículo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () A perspectiva crítica de currículo faz uma profunda crítica às bases do pensamento de organização curricular clássica.
- () Na perspectiva crítica de currículo, as disciplinas são organizadas de forma isolada, inscritas numa grade curricular.
- () Na perspectiva crítica de currículo, há um questionamento político do papel da educação na sociedade.
- () Na perspectiva crítica de currículo, os objetivos e conteúdos são definidos e os professores limitam-se a segui-los.

A sequência correta é:

- a) V, F, V, F. b) V, F, V, V. c) V, V, V, F. d) F, F, V, F.

6) Concepções que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento. Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura, MEC, 2007. Neste sentido, pode-se entender currículo como:

- 1. Os conteúdos a serem ensinados e aprendidos.
- 2. As experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos estudantes.
- 3. Os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais.
- 4. Os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino.
- 5. Os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- (A) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.
 (B) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.
 (C) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 5.
 (D) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 4 e 5.
 (E) São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

7) Enfatiza a identidade, a alteridade, a diferença, a subjetividade, a significação dos discursos, a relação entre saber e poder, as representações, a cultura, o gênero, a raça, a etnia, a sexualidade e o multiculturalismo na escola.

A Teoria do Currículo caracterizada denomina-se:

- a) Teoria pós crítica
- b) Teoria Crítica
- c) Teoria social
- d) Teoria Tradicional

8) A festa da cultura de uma escola teve como tema “A Formação do Povo Brasileiro”. Essa atividade permitiu aos alunos valorizarem a história e as culturas indígena e afro-brasileira, que, de acordo com a LDB, devem estar presentes em todo o currículo escolar e, em especial, nas áreas:

- a) Literatura, Arte e Geografia
- b) Arte, Literatura e História da brasileiras
- c) Língua Portuguesa, Literatura e Ensino Religioso
- d) Língua Portuguesa, História da África e Geografia

9) É possível afirmar em relação aos princípios da interculturalidade e do multiculturalismo que:

- I. Fundamentam-se no princípio da igualdade formal, na medida em que prevêm a equiparação de diferentes culturas e etnias perante a lei.
- II. Possuem lastro na chamada luta pelo reconhecimento e viabilizam políticas públicas de promoção do direito à diferença dentro de um mesmo Estado.
- III. Pressupõem, no interior do Estado Nacional, grupos que possuem modos próprios de criar, fazer e viver, bem como formas próprias de expressão.
- IV. O homem, para além de sua dimensão individual, é um ser social, fraternal e comunicativamente vinculado.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II. b) I, II e III. c) II e III. d) II, III e IV.

10) O multiculturalismo é uma questão complexa que precisa ser encarada pelo educador, em primeiro lugar, numa perspectiva de sua concepção e de seu significado, em segundo lugar, de suas práticas e estratégias e, em terceiro lugar, das repercussões sociais que dela advêm. A autora Vera Candau defende a perspectiva intercultural porque ela propõe:

- a) Uma cultura hegemônica b) Uma monocultura plural
 c) Que não se mexa na matriz da sociedade d) Uma negociação cultural
 e) Que todos sejam iguais

11) A diversidade cultural brasileira tem sido alvo de inúmeros estudos, na última década, no cenário educacional. Cada vez mais conceitos como diversidade, diferença, igualdade e justiça social têm se configurado por parte daqueles que lutam por uma educação verdadeiramente cidadã.

Assinale a opção que NÃO aborda a diversidade cultural como eixo norteador da afirmativa.

- a) Multiculturalismo.
 b) Interculturalidade.
 c) Educação para a negociação cultural.
 d) Diversidade pautada numa política crítica e de justiça social.
 e) Daltonismo cultural.

12) Um dos debates recorrentes no campo do currículo diz respeito à definição de pressupostos teóricos metodológicos e orientações que organizem o ensino, considerando não só os conhecimentos universais como, também, a multidimensionalidade do ensino-aprendizagem e, portanto, a perspectiva do diálogo cultural.

Segundo Candau (2009), “trabalhar as diferenças culturais constitui o foco central do multiculturalismo”. Para a autora, a perspectiva do multiculturalismo pode ser classificada a partir de três grandes abordagens: o multiculturalismo assimilacionista; o multiculturalismo diferencialista, também denominado de monoculturalismo plural; e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade.

No âmbito das políticas educacionais, a aprovação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, visa a dar um tratamento transversal ao currículo, na perspectiva de um diálogo multicultural de caráter:

- a) assimilacionista b) diferencialista c) intercultural
 d) assimilacionista e diferencialista e) assimilacionista e intercultural

13) A teoria crítica, que fundamenta a concepção de educação como fator de resistência cultural, defende basicamente a

ideia de que o fenômeno educativo não apenas reproduz a sociedade, mas também produz mudanças sociais. Portanto, é correto afirmar que, EXCETO:

- A) A educação, ao mesmo tempo que promove repetições e a manutenção de determinadas ações e ideias, também estimula rupturas e renovação nas relações entre os homens.
- B) A teoria da resistência cultural considera a escola como uma instituição dependente, limitada, incapaz de ajudar os alunos a resistirem à ação lógica imposta pela mentalidade da classe dominante.
- C) A concepção de educação como fator de resistência cultural se apoia nos fundamentos da teoria crítica em educação.
- D) O enfoque teórico da resistência cultural luta contra a discriminação sofrida pelas camadas populares em relação à educação.
- E) A teoria crítica procura retomar a luta contra a seletividade, a discriminação e a baixa qualidade do ensino que, muitas vezes, é oferecido às camadas populares.

14) Antoni Zabala (2002) apregoa que o currículo da educação que atenda às necessidades da sociedade contemporânea deve ter um “enfoque globalizador”. Ter um enfoque globalizador no ensino significa dizer que:

- A) A globalização no ensino implica obedecer aos determinantes econômicos na elaboração do currículo;
- B) Num enfoque globalizador o conhecimento do cotidiano escolar é supérfluo;
- C) Um enfoque globalizador exige a utilização de métodos globalizados como, por exemplo, a metodologia de projetos;
- D) O currículo tem uma perspectiva reducionista (estruturalista) do conhecimento;

15) Enfatiza a identidade, a alteridade, a diferença, a subjetividade, a significação dos discursos, a relação entre saber e poder, as representações, a cultura, o gênero, a raça, a etnia, a sexualidade e o multiculturalismo na escola.

A Teoria do Currículo caracterizada denomina-se:

- a) Teoria pós crítica
- b) Teoria Crítica
- c) Teoria social
- d) Teoria Tradicional

16) Com relação à teoria do currículo, assinale a afirmativa correta.

- a) As teorias críticas de currículo enfatizam os conceitos pedagógicos de ensino e aprendizagem.
- b) Os conceitos de ensino, aprendizagem, multiculturalismo, emancipação e liberação são enfatizados pela teoria tradicional de currículo.
- c) As teorias críticas e pós críticas enfatizam seus questionamentos no entendimento do "o quê?", com a finalidade de se conhecer o que está sendo estudado.
- d) Representação, cultura e eficiência são conceitos abordados em uma perspectiva da teoria crítica.
- e) As teorias tradicionais concentram-se nas questões técnicas, sendo assim "teorias neutras".

17) Para as teorias críticas, o currículo é:

- a) A organização de conhecimentos em disciplinas a serem ministradas por professores qualificados.
- b) Um conjunto de disciplinas organizadas hierarquicamente das mais simples para as mais complexas.
- c) A construção cultural de um modo de organizar uma série de práticas educativas.
- d) Um planejamento do processo pedagógico efetuado por curriculistas para ser executado por professores qualificados em suas respectivas áreas de conhecimento.
- e) Um plano de ação construído pelo corpo docente da escola-alvo, com a supervisão de técnicos qualificados para a tarefa.

18) Sobre o ensino fundamental, assinale a alternativa correta:

- a) A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino fundamental incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.
- b) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- c) Os currículos do ensino fundamental incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão oferecer outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.
- d) O Ensino de Artes, Educação Física e Inglês serão obrigatórios no ensino fundamental.
- e) O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos

horários normais das escolas públicas e privadas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo

19) Sobre conteúdos curriculares selecionados, leia as afirmativas.

- I. A base nacional comum e a parte diversificada constituem-se em dois blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma dessas partes.
 - II. A parte diversificada enriquece e complementa a base nacional comum, prevendo, entre outros aspectos, o estudo das características regionais e locais da sociedade.
 - III. A parte diversificada pode ser organizada em temas gerais, na forma de eixos temáticos, selecionados colegiadamente pelos sistemas educativos ou pela unidade escolar.

Está correto apenas o que se afirma em:

20) Tomando-se por base a LDB, Lei Nº 9394/96, o entendimento do que seja educação especial é:

- a) A modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
 - b) O nível de ensino oferecido, preferencialmente na rede regular de ensino, mas também em instituições especializadas, para educandos portadores de necessidades educacionais especiais.
 - c) O atendimento especializado oferecido, preferencialmente, em classes, escolas ou serviços especializados, visto que sempre as condições específicas dos alunos requerem este tipo de atendimento.
 - d) A modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, em classes, escolas ou serviços especializados, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

21) Segundo a BNCC, a organização curricular comum da educação básica, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Educação básica será dividida em educação infantil, fundamental e médio.
 - b) A frequência mínima na Creche e Pré-escola, será de 60% do total de dias letivos e no ensino fundamental e médio 75%.
 - c) A BNCC organiza o ensino fundamental em 5 blocos distintos que devem dialogar entre si, sendo eles: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino religioso.
 - d) No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa e no ensino médio será ofertado o inglês e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol.
 - e) No ensino médio será incluído as disciplinas de Sociologia e Filosofia. Já no ensino fundamental público, será ofertado o ensino religioso de matrícula facultativa.

22) Conforme o artigo 26 da Lei no 9.394/96, LDB em vigor, logo afirma que os currículos da educação infantil devem contemplar a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Enquanto em dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação aprovou. Sobre esse tema todavia é correto afirmar que a BNCC logo seja um documento de caráter:

- a) reflexivo, uma vez que define o conjunto normativo orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos
 - b) normativo, uma vez que define o conjunto normativo orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos.
 - c) opcional, uma vez que defende o conjunto normativo orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos
 - d) sugestivo, uma vez que defende o conjunto normativo orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos

23) De acordo com a BNCC, o termo competência envolve

- A) conceitos, procedimentos, atitudes e valores.
 - B) conceitos e procedimentos, práticas cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores.
 - C) práticas cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores.
 - D) a mobilização de conhecimentos e habilidades para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

24) De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017 pelo Ministério da

Educação, NÃO é correto afirmar:

- a) A contribuição mais significativa da BNCC é o de substituir os currículos das disciplinas escolares das redes públicas federal, estaduais e municipais, uma vez que determina o que deve ser ensinado em cada escola.
- b) Determina os conhecimentos e as competências que os estudantes logo devem desenvolver ao longo da escolaridade, sendo embora orientada por princípios éticos, políticos e estéticos
- c) Fruto de amplo debate com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira, a BNCC tem a finalidade de contribuir com construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva
- d) Trata-se de um documento de referência, contudo de caráter normativo, que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos brasileiros devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica
- e) Uma das finalidades da BNCC é o princípio contribuir com a superação da fragmentação das políticas educacionais, com o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo.

25. Ao tratar do conceito de currículo escolar, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, entendem este como:

- a) Conjunto de conteúdos e objetivos escolares que devem ser transmitidos aos estudantes.
- b) Conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo para a construção de identidades sociais e culturais.
- c) Todo conhecimento produzido nos diversos espaços de convivência social e que devem ser assimilados por todos os estudantes para a inclusão destes na sociedade.
- d) Experiências pedagógicas historicamente bem sucedidas que devem ser incorporadas ao planejamento docente como um guia pedagógico.
- e) Conteúdos historicamente acumulados pela sociedade que não podem ser flexibilizados, daí porque a necessidade de um currículo rígido

26. A legislação educacional brasileira estabelece idades mínimas para a matrícula em cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, de acordo com o que prevê a LDB e a Resolução 3/2010, que institui as Diretrizes Operacionais para a EJA,

- A) A definição de idade mínima para as matrículas é uma atribuição de cada ente federativo (estados e municípios), de acordo com sua realidade específica.
- B) 14 anos é a idade mínima para matrícula em cursos do ensino fundamental, e 17 anos é a idade mínima para matrícula em cursos de nível médio.
- C) 18 anos é a idade mínima para a matrícula no ensino fundamental, e 21 anos é a idade mínima para a matrícula no ensino médio.
- D) 15 anos é a idade mínima para a matrícula em cursos em nível de ensino fundamental, e 18 anos é a idade mínima para a matrícula em cursos de ensino médio.

27) A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/1996, com critérios e regras comuns. Acerca destas regras, nos níveis fundamental e médio, conforme dispõe o Art. 24, da LDB, assinale a afirmativa correta.

- a) A carga horária mínima anual será de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, incluído o tempo reservado aos exames finais.
- b) Nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
- c) Na verificação do rendimento escolar observará avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- d) Poderá ocorrer a classificação em qualquer série ou etapa, do ensino fundamental, seja por promoção, para aqueles que cursaram a fase anterior e obtiveram aproveitamento; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas; ou independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola.